



# A ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Robert D. Wiegand

**A**o tratar da Estratégia, como farei aqui, iniciarei abordando-a em seu sentido geral, na forma que parece ser comum a todas as nações. Depois, passarei a tocar no processo de formulação da Política e do planejamento da Estratégia dos Estados Unidos da América. Darei atenção à evolução dessa Estratégia, destacando os interesses nacionais de meu país e sua Política de Segurança Nacional. Finalmente, explorarei, com alguns detalhes, os aspectos estratégicos particulares da área estratégica do Sudoeste da Ásia—Golfo Pérsico, escolhida como exemplo.

Partindo de uma perspectiva mais abrangente, a Estratégia nada mais é do que a associação de planos que visam a empregar recursos para alcançar ou manter os objetivos nacionais. No Mundo Livre, concordamos em que não se irá utilizar a força para alcançar esses objetivos, isto é, nossas estratégias militares

são de natureza defensiva e não visam a dominação de outros povos ou países. A existência delas se justifica para manter a nossa integridade territorial e política, e também o livre comércio, condições que julgamos essenciais à existência de qualquer país e que têm de ser protegidas, se necessário, até pela força. Pode-se então concluir que a Estratégia Nacional inclui e envolve o poder político, econômico e militar, e as ações de emprego dessas expressões do poder para alcançar os objetivos nacionais. Ao examinarmos aspectos de nossa Estratégia Militar é preciso não esquecer que ela constitui somente um dos pés do tripóde político-econômico-militar e, portanto, não pode ser desenvolvida ou executada independentemente.

Existe uma norma segundo a qual nenhum país age conscientemente contra os próprios interesses nem o faz de propósito, é óbvio. Um dos corolários dessa

norma afirma que os países agem para servir a seus interesses nacionais. Pode ser que isto não seja uma política ideal, mas é pragmática, e convém não esquecer que os países tendem a agir de maneira muito egoísta. Ao admitir esse ponto de vista, torna-se óbvio que a definição de Estratégia Militar inicia com a determinação de interesses nacionais. Embora o método de determinação e classificação desses interesses varie de governo para governo, uma clara articulação deles significa um primeiro e essencial passo. É lógico também que a utilização da força militar não se torna apropriada à proteção de todos os interesses: a força militar é o último recurso a ser utilizado e tão-somente na proteção dos chamados interesses "vitais", que são de tamanha importância para o bem-estar de um país que ele não pode deixar de combater para protegê-los. Uma vez que eles foram definidos, cumpre avaliar a ameaça existente ou potencial a esses interesses. Há que se identificar nessa avaliação não somente os prováveis adversários como também as suas qualidades de poder e as opções estratégicas que estão a seu alcance. Feita essa avaliação, cabe aos estrategistas determinarem as nossas próprias ações estratégicas e os recursos necessários para agir contra a ameaça.

Se existisse uma única ameaça e um único adversário, a missão não seria muito difícil. Mas quando existem diversas ameaças, vários adversários potenciais e uma arena mundial, a missão se torna extremamente complexa. E fica mais complexa ainda quando entendemos que nenhum país possui recursos ilimitados e que, pelo menos em tempo de paz, muitas são as necessidades aspirando esses recursos. O resultado é que a maioria das estratégias é contida pela li-

mitação de recursos: homens, material, transporte aéreo e marítimo, e também pelo fato de se saber até que ponto os cidadãos de um país, pelo menos numa democracia, estão dispostos a se sacrificarem em favor do fornecimento de recursos que são necessários à defesa. Nesse sentido, qualquer Estratégia é limitada por dólares ou por cruzeiros, e a diferença entre a necessidade e a disponibilidade de recursos é que define uma deficiência que determina o risco que estará sempre associado à Estratégia. Cabe a cada país determinar se esse risco é aceitável ou demasiado.

A formulação da política de segurança nacional não se realiza num vazio nem é da competência exclusiva do militar. Nos Estados Unidos, a Constituição estipula uma firme autoridade civil sobre a militar — o secretário civil do Departamento de Defesa, juntamente com seus colegas dos outros departamentos executivos, contribui para o processo.

No processo norte-americano, cada força singular das Forças Armadas, cujos chefes de Estado-Maior compõem a Junta de Chefes de Estado-Maior (EMC-Combinado), juntamente com os Comandantes Combinados de Campanha (Comandantes Chefes que denominamos de "CINCs") apresentam seus pontos de vista ao EMC. De maneira semelhante, os outros principais integrantes do sistema expõem suas considerações e todas essas participações são levadas ao Conselho de Segurança Nacional, onde se forma um consenso. Esta unanimidade é expressa em dois documentos chamados "Consolidated Guidance" (Diretriz Consolidada) e "Policy Guidance for Contingency Planning" (Diretriz da Política para o Planejamento de Emergência), os quais, quando aprovados pela Autoridade de Comando Nacio-

## FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DOS EUA

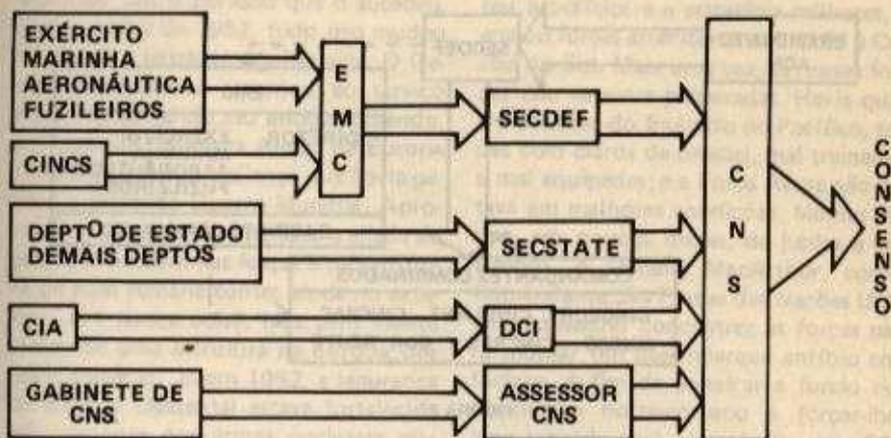


FIGURA 1

nal, ou seja, o Presidente, tornam-se a orientação básica para as organizações militares e demais órgãos de planejamento.

Em consequência, já que todo o nosso planejamento estratégico militar se focaliza na Junta de Chefes de Estado-Maior, cabe dar uma breve explicação sobre o nosso Sistema Combinado. O Departamento de Defesa foi criado em 1949, como o departamento militar superior aos departamentos das forças singulares das Forças Armadas que lhe são subordinadas. Na mesma época ficaram esclarecidos o papel e a missão das Forças Armadas e estabeleceu-se a posição do Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior (Combinado). Apesar dessa reorganização da nossa estrutura de defesa, as forças singulares das Forças Armadas continuaram a planejar e operar de maneira bastante independente. Em 1958, o Congresso legislou uma reorganização adicional dos órgãos de defesa e estabeleceu uma hierarquia militar para as forças militares, que passaram a ficar

vinculadas ao Presidente, como Comandante-Chefe, através do Secretário de Defesa, este ligado diretamente aos Comandantes dos Comandos Combinados de Campanha (os CINCs como, por exemplo, os Comandantes americanos na Europa e no Pacífico). Esses CINCs exercem o total comando de todas as forças contidas dentro de sua estrutura militar para os seus Teatros de Operações. O Diretor da Junta e os Chefes de Estado-Maior das forças singulares formam o corpo da chamada Junta de Chefes de Estado-Maior que dispõe de um Gabinete Combinado. A Junta não constitui um elo na cadeia de comando, mas sim um órgão de assessoramento e planejamento do Presidente e do Secretário de Defesa no preparo dos planos e na transmissão de ordens às forças.

Dentro desse sistema, os Chefes de Estado-Maior têm um papel muito diferente daquele que têm os Chefes de Estado-Maior no Brasil. Os Chefes de Estado-Maior nas nossas forças singulares são

## SISTEMA COMBINADO

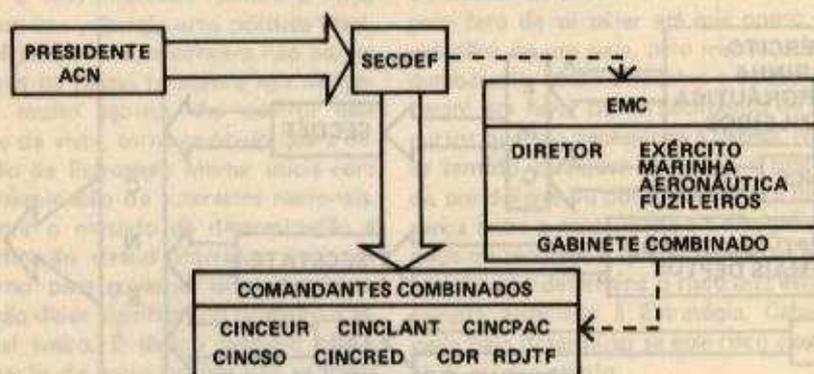


FIGURA 2

- CINCENR — Comando Combinado da Europa
- CINCLANT — Comando Combinado do Atlântico
- CINCPAC — Comando Combinado do Pacífico
- CINCOS — Comando Combinado do Sul
- CINCREC — Comando Combinado das Forças de Emergência
- CDR RDJTF — Comandante de Força Tarefa Combinada de Desdobramento Rápido

responsáveis pelo estabelecimento da política militar da força singular, como recrutamento, treinamento, armamento e apoio à força, e pelo fornecimento desses recursos aos CINC's para o combate. No desenvolvimento dos planos do teatro, os CINC's estabelecem as suas necessidades sem levar em consideração os limites dos recursos, e os Chefes de Estado-Maior das forças singulares, condicionados aos recursos limitados de que dispõem, lhes informam quais as forças e o apoio que lhes será possível fornecer, compatibilizados com as necessidades apresentadas.

### EVOLUÇÃO POLÍTICO-MILITAR A PARTIR DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Ao término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos detinham o mo-

nopólio da arma nuclear. Em decorrência, a estratégia de garantia da defesa da pátria apoiava-se basicamente na dissuasão nuclear. Mas já em 1947 estava se tornando claro que essa política militar não era mais válida, porque punha em risco a segurança de um ou mais dos países europeus aos quais estávamos muito ligados econômica, política e culturalmente. Então, a partir de 1947, iniciamos um progressivo compromisso com a defesa da Europa Ocidental, do qual nasceu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Cabe ressaltar o fato de que na época em que nos envolvemos naquele compromisso, com a Doutrina Truman, com a Resolução Vandenburg e com o Plano Marshall, não dispúnhamos das forças militares necessárias para dar qualquer garantia à execução daquela política. Tínhamos

menos divisões, menos navios e menos aeronaves em serviço ativo do que em qualquer outro período que o sucedeu. Mas, a partir de 1952, tudo isso mudou de maneira bastante significativa. O General Eisenhower retornou ao serviço ativo e, reativando seu antigo comando, o Comando da Força Aliada na Europa (SHAPE), reviveu a aliança que havia ganhado a Segunda Guerra Mundial. Aproveitamo-nos da útil experiência aliada da guerra e também das forças e da estrutura de base remanescentes ainda no exterior. Era pouca coisa, mas pelo menos tínhamos uma estrutura na Europa, por onde começar. Já em 1952, a segurança da Europa Ocidental estava fortalecida não somente por armas nucleares mas também pela presença de recém-mobilizadas divisões americanas, em terras da Alemanha Ocidental.

## A POLÍTICA PARA O EXTREMO ORIENTE

Nossa política para com o Extremo Oriente, depois da Segunda Guerra Mundial, seguiu mais ou menos as mesmas diretrizes. Em 1947 o EMC decidiu que os Estados Unidos não deveriam comprometer-se com a defesa da Coreia do Sul. Em consequência, retiramos nossas tropas da Coreia. No início de 1950, o Comandante-em-Chefe no Extremo Oriente, o General MacArthur, e o Secretário de Defesa, Dean Acheson, em ocasiões distintas, reiteraram a política americana de que o perímetro defensivo dos Estados Unidos atravessava o Japão até Okinawa, incluindo Formosa, mas excluía especificamente o continente asiático. Os norte-coreanos, percebendo com atenção esses pronunciamentos, trataram de agir. Em junho de 1950, atravessaram o Paralelo 38 e invadiram a

Coreia do Sul. O Presidente Truman, numa notável e corajosa decisão, inverteu a política e a estratégia militares, e enviou forças americanas em apoio à Coreia do Sul. Mais uma vez, as nossas forças não estavam preparadas. Havia quatro divisões do Exército no Pacífico, todas com claros de pessoal, mal treinadas e mal equipadas; e a Força Aérea não estava em melhores condições. Mesmo assim, em poucos meses, de junho a setembro, o General MacArthur, como Comandante das Forças das Nações Unidas, conseguiu concentrar as forças para montar um desembarque anfíbio em Inchon, a fim de penetrar a fundo no dispositivo norte-coreano e forçar-lhe uma retirada para além do Paralelo 38. A partir da Guerra da Coreia consolidamos, sobre uma estrutura com bases no Japão e em outros lugares, uma presença militar na Coreia e no Pacífico, a qual tem contribuído para a segurança do sudeste da Ásia.

Nos últimos anos começamos a encerrar a estratégia americana como "estratégia de uma guerra e meia", no sentido de desenvolver uma política militar capaz de enfrentar uma guerra total na Europa e, ao mesmo tempo, uma guerra limitada no sudeste da Ásia. Mas os acontecimentos, a partir da revolução iraniana de 1978-79, tornaram essa formulação da estratégia americana um tanto obsoleta, ultrapassada e inadequada.

Hoje em dia, os Estados Unidos têm, pelo menos, três áreas estratégicas, isto é, possíveis teatros de guerra, além da defesa do Hemisfério: uma área estratégica na Europa e no Atlântico Norte, uma outra no sudeste da Ásia e, agora, uma terceira no sudoeste asiático, incluindo o Golfo Pérsico. E é esta última a que apresenta atualmente o maior desafio.

## INTERESSES E DESAFIOS

Podemos citar que para os Estados Unidos, os interesses e desafios que eles enfrentam na atualidade são os que se seguem:

- manter a nossa segurança e a dos nossos aliados e amigos;
- conduzir as relações Oriente-Occidente;
- enfrentar os desafios mundiais com relação à economia e energia;
- solucionar disputas regionais de maneira pacífica;
- desenvolver relações bilaterais construtivas;
- continuar com nossa dedicação aos direitos humanos;
- tratar de outros assuntos essenciais, de interesse mundial: população, alimentação, refugiados, catástrofes, etc.

Na resposta a esses interesses e desafios, formulamos a seguinte

### POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL

- constituir uma força militar de maior expressão;
- revitalizar respostas flexíveis para enfrentar as ameaças;
- seguir uma política de controle de armas;
- aproveitar as vantagens que os Estados Unidos possuem com relação aos seus possíveis adversários;

e, para tanto, foram estabelecidas as três primeiras

### PRIORIDADES DE PLANEJAMENTO

- impedir a guerra nuclear;
- impedir ou derrotar qualquer ataque aos Estados Unidos ou a seus aliados;

- impedir ou derrotar qualquer ataque aos interesses dos Estados Unidos.

## SUDOESTE DA ÁSIA

Por se constituir, como já fizemos referência, no maior desafio que enfrentamos atualmente, e dada a sua grande importância no suprimento mundial de petróleo, como está claramente demonstrado na Figura nº 3, e nas comunicações marítimas do Atlântico-Sul, daremos atenção especial à área do Golfo Pérsico. Note-se que a quantidade de petróleo que entra nos Estados Unidos é mais ou menos igual à que recebemos da Nigéria ou de vários outros lugares no mundo inteiro. Em outras palavras, o petróleo do Golfo Pérsico, por si só, não representa tanto para os Estados Unidos. A maior parte desse petróleo vai para a Europa Ocidental e outra boa parte para o nordeste da Ásia; ambas essas áreas em regiões que os Estados Unidos estão comprometidos a defender. A segurança daquelas duas regiões muito depende do acesso ao petróleo. Sem isso, as economias da Europa Ocidental, do Sudeste da Ásia e também do Brasil não poderiam funcionar. É nessa dependência dos nossos aliados, nas fontes de petróleo do sudoeste asiático, que se encontram as raízes da preocupação militar dos Estados Unidos com o petróleo do Golfo Pérsico.

Essa região é fascinante para o historiador militar, e nenhum estrategista deve tentar desenvolver planos para a área sem primeiro estudar as campanhas de Alexandre e o trabalho muito bem feito pelos ingleses nos anos 40 e 50 deste século.

O Irã é mais ou menos um terço do tamanho dos Estados Unidos e, portan-

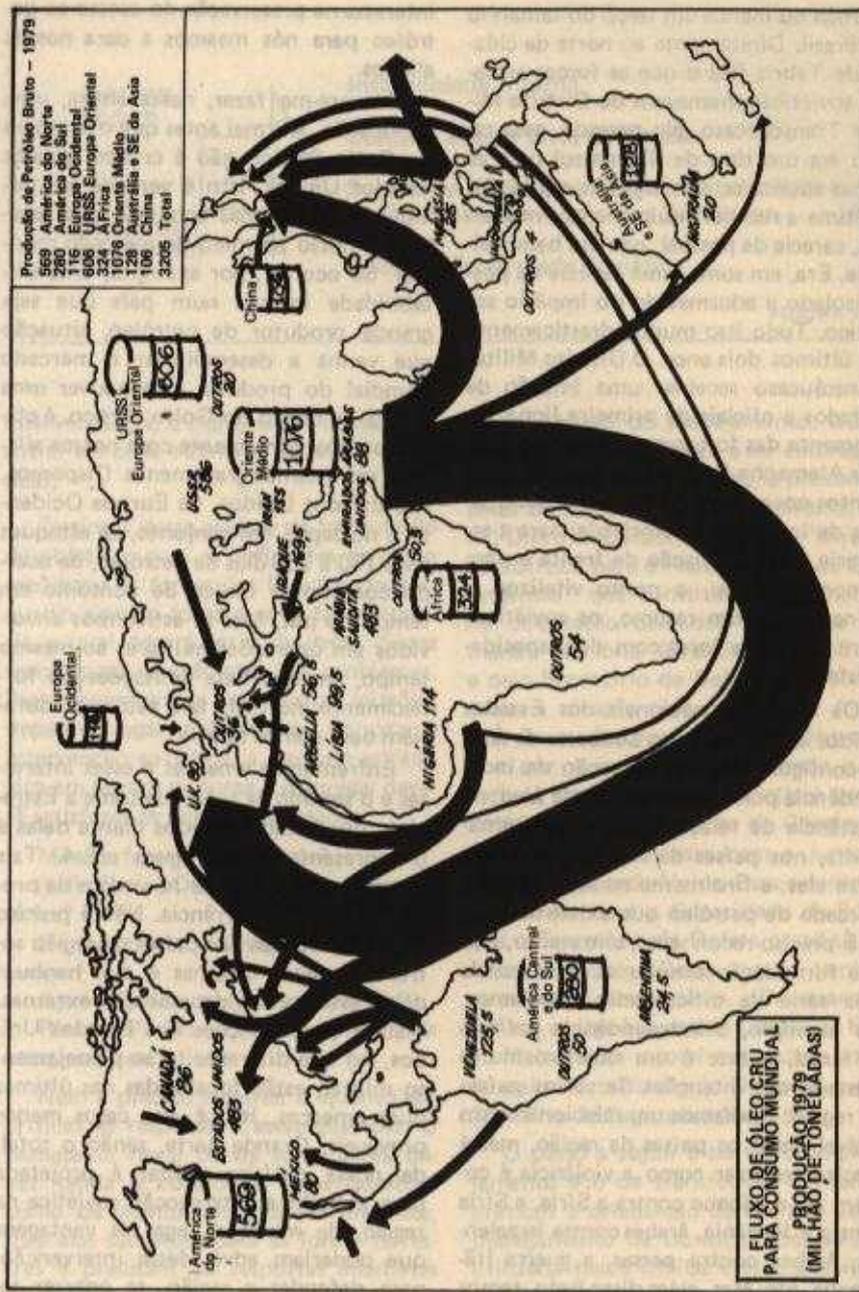


FIGURA 3

to, mais ou menos um terço do tamanho do Brasil. Diretamente ao norte da cidade de Tabriz fica o que as forças armadas soviéticas chamavam de Distrito Militar Transcáucaso. No passado, essa região era um tipo de Sibéria-sul para as forças soviéticas, um lugar de exílio: foi a última a receber equipamentos modernos, carecia de pessoal, não era bem treinada. Era, em suma, uma espécie de posto isolado e adormecido do império soviético. Tudo isso mudou drasticamente nos últimos dois anos. O Distrito Militar Transcáucaso recebeu uma infusão de soldados e oficiais de primeira linha, diretamente das forças soviéticas na URSS e na Alemanha Oriental; recebeu equipamentos novos e modernos para suas divisões de infantaria motorizada, para a artilharia, para a aviação de frente e para as comunicações, e muito vitalizou o treinamento. Em resumo, os soviéticos montaram uma força com alta capacidade ofensiva.

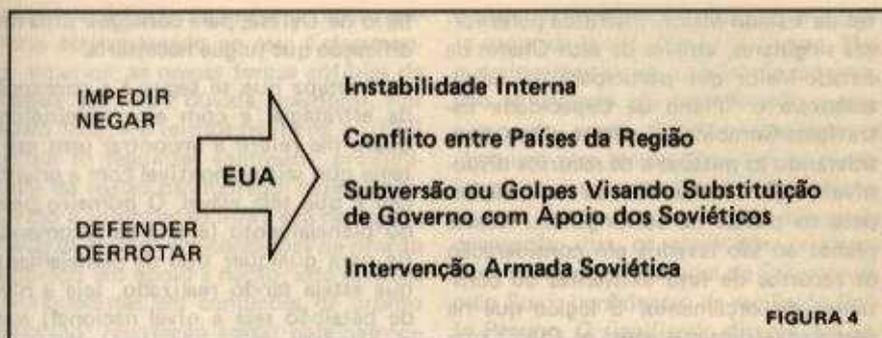
Os interesses nacionais dos Estados Unidos da América no Sudoeste da Ásia se configuram na preservação da independência política dos países da área; na existência de relações pacíficas internamente, nos países da região, e também entre eles; e finalmente na segurança do mercado de petróleo que existe na área.

É preciso reconhecer, entretanto, que esta formulação simples talvez esconda uma série de dificuldades. Apoiamos, por exemplo, a independência política de Israel, e este é um objetivo muito afastado das intenções de vários países da região. Apoiamos um relacionamento estável entre os países da região, mas é preciso registrar como a violência é comum aí: o Líbano contra a Síria, a Síria contra a Jordânia, árabes contra israelenses, árabes contra persas, a guerra Irã-Iraque, etc. Mas, além disso tudo, temos

interesse na preservação do acesso ao petróleo para nós mesmos e para nossos aliados.

Cumprir-me fazer, nesta altura, uma retificação. Afirmar antes que o petróleo do Golfo Pérsico não é crítico para os Estados Unidos. Isto é verdade em termos absolutos, mas acontece que recebemos nosso petróleo do mercado mundial. Se ocorrer, por exemplo, uma instabilidade interna num país que seja grande produtor de petróleo, situação que venha a desequilibrar o mercado mundial do produto; e se houver uma guerra na região do Golfo Pérsico, é claro que nós, juntamente com nossos aliados, sofreríamos gravemente. Dispomos, nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão, em conjunto, de estoques para 100 a 200 dias de petróleo, de acordo com nosso índice de consumo em tempo de paz. Mas se estivermos envolvidos em operações militares ao mesmo tempo, em que haja limitações no fornecimento normal, tais estoques durariam bem menos tempo.

Enfrentamos ameaças a esses interesses e o sentido de ação que toma a Estratégia dos Estados Unidos diante delas é o representado na Figura nº 4. Tais ameaças estão listadas na ordem da probabilidade de ocorrência. Não é preciso citar que muitos dos países da região sofrem ameaças internas e que nenhum deles está isento de ameaças externas. Mas as preocupações dos Estados Unidos, no que diz respeito ao planejamento militar, estão focalizadas nas últimas duas ameaças, isto é, nos casos menos prováveis. Grande parte, senão o total, de nossa política militar é projetada para impedir a intervenção soviética na região, de modo a negar as vantagens que poderiam advir dessa intervenção; para defender a região, se ocorrer tal



intervenção, e, é claro, se for necessário, entrar em cena e derrotar as forças soviéticas.

Partimos dessa espécie de formulação de objetivos para as definições de como estruturar as forças dos Estados Unidos, qual o tipo de força que se faz necessária e qual deverá ser a doutrina dessas forças para se enfrentar tais problemas. Para desempenhar uma dessas missões, impedir, negar, defender ou derrotar a intervenção soviética, a resposta estratégica em termos de força a empregar deverá satisfazer às seguintes questões:

Missão: fazer o que? Onde?

Suficiência: O tamanho da força satisfaz?

Deslocamento: Chegarão lá? Em tempo?

Apoio: Podemos agüentar a tarefa?

Risco: Podemos enfrentar outros compromissos?

Nem é preciso ressaltar o quanto são críticas as respostas a essas questões. O planejador naval ou da força aérea talvez tenda a considerar estas questões como de menor importância imediata, mas elas são vitais para as forças terrestres e precisam de respostas imediatas no nosso planejamento.

Esse passo do planejamento, isto é, o da definição da força a ser empregada para dar resposta à ameaça, é provocado pelas diretrizes já citadas anteriormente, a "Diretriz Consolidada" e a "Diretriz da Política para o Planejamento de Contingência" que constituem documentos de orientação baixados pelo Alto Comando Nacional (Presidente dos EUA) e pelo Secretário de Defesa, que constituem a direção civil das Forças Armadas. Esses documentos são suplementados por orientações, em grande parte verbais, dadas pelo Subsecretário para a Política de Planejamento de Contingência, em suas conversas com a Junta de Chefes de Estado-Maior. Essa orientação tem como base a Capacidade de Poder que o Secretário de Defesa acredita que deveríamos ter. Desse modo, também através do Subsecretário, o Secretário de Defesa se liga à Junta de Chefes de Estado-Maior, com a total autoridade apoiada pelo Alto Comando Nacional e pelo Conselho de Segurança Nacional.

O passo a seguir a ser dado no planejamento é o de transformar em termos práticos a orientação da Política para o planejamento de Contingência, para ser utilizada pelos CINC's e seus planejadores. Para se chegar a isso, a Junta de Che-

fes de Estado-Maior, instruída pelas forças singulares, através de seus Chefes de Estado-Maior que participam da Junta, elaboram o "Plano de Capacidade Estratégica Combinada". Nesse plano, considerando as missões e os recursos disponíveis, são fornecidas as orientações para os planos de contingência. Nesses planos só são levados em consideração os recursos de fato existentes ou constantes do orçamento. É lógico que na preparação desses planos, os CINC's precisam considerar as alternativas de que se dispõe para fins de planejamento e que levam a examinar conveniências, tais como: emprego de forças com grande capacidade de poder de fogo, ou seja, que tenha muitas unidades navais e aéreas; a utilização de forças de países aliados, da região, ou seja, estratégia da aliança com forte dependência no nosso apoio; ou ainda, emprego de forças com grande capacidade de poder terrestre ou que incluíssem também forças preparadas e armadas para a guerra nuclear. Como essas, podem existir inúmeras opções. Nessa oportunidade de organização da força, vamos observar que as forças navais e aéreas têm tendência a uma estrutura parecida em qualquer das opções e modificam-se apenas nas quantidades. Já as forças terrestres variam bastante de acordo com a alternativa escolhida. O processo de ajustar missão e recursos disponíveis é contínuo, se faz por aproximações sucessivas, o que torna necessária a realimentação permanente do processo. Nesse processo, os CINC's, a cada evolução do planejamento, são levados a voltar ao EMC para discutir divergências que apareçam ao considerar que a orientação recebida não é compatível. Desse contato poderá surgir a conveniência do EMC voltar ao Subsecretário ou diretamente ao Secre-

tário de Defesa, para conseguir uma modificação que julgue necessária.

A etapa que se segue é a concepção da estratégia, e com esta terminologia quero me referir a encontrar uma estratégia que seja compatível com a orientação a que seja viável. O primeiro passo do planejamento (e este eu recomendaria para qualquer tipo de planejamento que esteja sendo realizado, seja a nível de batalhão seja a nível nacional) trata da identificação dos aspectos condicionantes. A primeira consideração que enfrentamos é que existem, naturalmente, numerosas demandas de emprego para as forças americanas em outras áreas além daquelas pertinentes a um determinado teatro. Daí a razão deste exame ter sido iniciado com a história da OTAN e com uma estimativa sobre o nordeste da Ásia. Precisamos também examinar a capacidade operacional das forças e, em particular, das forças terrestres, porque a missão e as capacitações que solicitamos do Comandante das forças terrestres é que determinam a combinação conveniente das forças. Como veremos, isto vem a influir fortemente na capacidade de desdobramento dessas forças e de mantê-las, uma vez desdobradas.

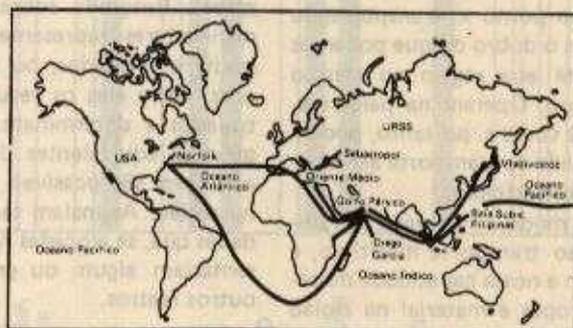
Abordemos com mais vagar esses dois últimos pontos (demandas e capacidade operacional), para dar uma idéia da variedade de considerações que pesam sobre os dois problemas. Em primeiro lugar, é pertinente uma avaliação da nossa capacidade de colocar forças no Sudoeste da Ásia, usando a comparação com a capacidade soviética para feito semelhante. Em termos absolutos de poder, levamos uma vantagem marcante. Isto porque a capacidade de transporte aeroestratégico dos Estados Unidos é gigantesca em comparação com a da URSS; a nossa capacidade de transporte

marítimo é bastante maior; o nosso poderio aéreo baseado no mar é claramente superior; as nossas forças anfíbias de ataque são, sem dúvida, melhores. Por outro lado, em termos relativos, a URSS possui as seguintes vantagens: proximidade da região de emprego; rede de subversão e informação infiltrada na região; material militar em condições de pronto emprego em apoio à nação; sete divisões pára-quedistas em condições de pronto emprego; reputação como país patrocinador das "forças progressistas"; e dispõe de adeptos simpatizantes, naturais do país em que age para substituir o governo deposto.

Mas, se fôssemos examinar as distâncias marítimas, começa a ficar claro como a distância influi no cálculo. Das nossas bases centrais na Baía Subic, nas Filipinas, até a região do Golfo Pérsico, leva-se mais ou menos dez dias. Na Figura nº 5, as distâncias foram calculadas usando-se uma velocidade de 16 nós,

o que possivelmente torna menor a nossa capacidade em tempo de guerra. Mas o deslocamento em velocidade máxima, não se levando em consideração o consumo de combustível, provavelmente abreviará esse tempo. Para fins de planejamento, estes cálculos são úteis. Note-se que este é quase o mesmo tempo de navegação que os soviéticos precisam para transportar material de Sebastopol, pelo Suez, para dentro da região do Golfo Pérsico. O significado disso é que Sebastopol é a região de onde os soviéticos têm despachado a maior parte do equipamento militar que eles vêm fornecendo à Etiópia e a outros clientes no Oriente Médio. Outros fatores de tempo também são importantes para melhor compreensão do problema. Da costa leste à costa ocidental dos Estados Unidos, via marítima, leva-se mais de vinte dias, tempo demasiado. Observe-se que Berbera, na Somália, Mombaça no Quênia, e Diego Garcia são posições centrais à

TRANSPORTE AEREO AO GOLFO PERSICO



**EUA**

FIGURA 5

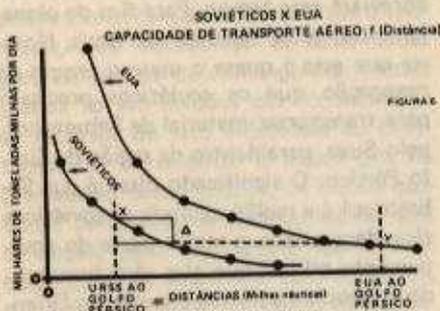
**URSS**

ORIGEM	DISTÂNCIA MILHAS NÁUTICAS	DIAS
BERBERA	1.900	4
DIEGO GARCIA	2.100	4
MOMBASA	2.300	5
BAIA SUBIC	4.700	10
NORFOLK (W/SUEZ)	8.100	18
NORFOLK (W/O SUEZ)	12.100	25
OAKLAND	10.700	22

ORIGEM	DISTÂNCIA MILHAS NÁUTICAS	DIAS
ADEN PDRY	1.500	3
LATAKIA SYRIA (W/SUEZ)	3.600	9
BAIA CAM RANH	4.200	9
SEBASTOPOL (W/SUEZ)	4.800	10
VLADIVOSTOK	6.400	13

nossa estratégia ou articulação na região. Por outro lado, note-se a posição da Baía de Cam Rahn, no Vietnã, que é hoje base naval da União Soviética.

força de fuzileiros navais dos Estados Unidos, que poderia ser colocada no Sudoeste da Ásia em quatro ou cinco dias. Isso contribui para aliviar em parte o problema.



Afirmo que a capacidade de transporte aéreo da URSS é mínima em comparação com a dos Estados Unidos, e de fato isso ocorre. A uma distância semelhante, qualquer que seja ela, podemos transportar muito mais do que os soviéticos. Mas a distância dos Estados Unidos ao Golfo Pérsico nos coloca no ponto y da curva, enquanto que os soviéticos operam no ponto x, transportando mais ou menos o dobro do que podemos transportar até essa região no mesmo prazo de tempo. Operam na parte menos extensa da curva e, portanto, podem usar a capacidade de transporte aéreo tático para fins estratégicos.

Do mesmo modo, se se juntar o transporte aéreo ao transporte marítimo, e comparar com a nossa capacidade de colocação de tropas e material na região num prazo determinado, não se demora a descobrir que nossa capacidade de entrega ao teatro é significativamente menor do que os comandantes gostariam de ter, no mesmo período. É sabido que temos estacionados em Diego Garcia, no Oceano Índico, por exemplo, sete navios cheios de equipamento militar para uma

Encarada com franqueza, a situação é a seguinte: se precisarmos atuar no Sudoeste da Ásia, dadas as circunstâncias em pauta, estaremos enfrentando os soviéticos a poucos passos de sua casa. As forças americanas não entram em combate com forças armadas soviéticas desde 1919. O dia em que ficar iminente a ameaça desse tipo de combate será, como foi o caso em Berlim, um dia em que encararemos o romper de uma fronteira estratégica de considerável magnitude, e isto obviamente terá de ser levado seriamente com consideração nos nossos planos.

A seguir os planejadores elaboram uma tabela com a previsão das quantidades de itens equivalentes a uma fatia de divisão do Exército ou de Fuzileiros, e dos aviões táticos de combate das forças aéreas. Reagindo sobre essa tabela, os planejadores representam graficamente os itens limitados, ou sujeitos a restrições, entre eles os regulados e/ou controlados e determinam os máximos de quantos equivalentes de divisão ou de aeronaves são possíveis de ser entregues na região. Assinalam também as capacidades que, se alocadas nesse teatro, apresentariam algum ou grande risco para outros teatros.

No alto da Figura nº 7, por exemplo, está delineada a capacidade marítima que poderíamos desdobrar para o Sudoeste da Ásia, com algum risco a outros teatros; por exemplo, entram nessa categoria artigos regulados e/ou controlados e equipamentos de estocagem de petróleo, óleo e lubrificantes (POL). Pros-

ESBOÇO DE ARTIGOS CRÍTICOS DE FORÇA TAREFA COMBINADA DE DESDOBRAMENTO RÁPIDO

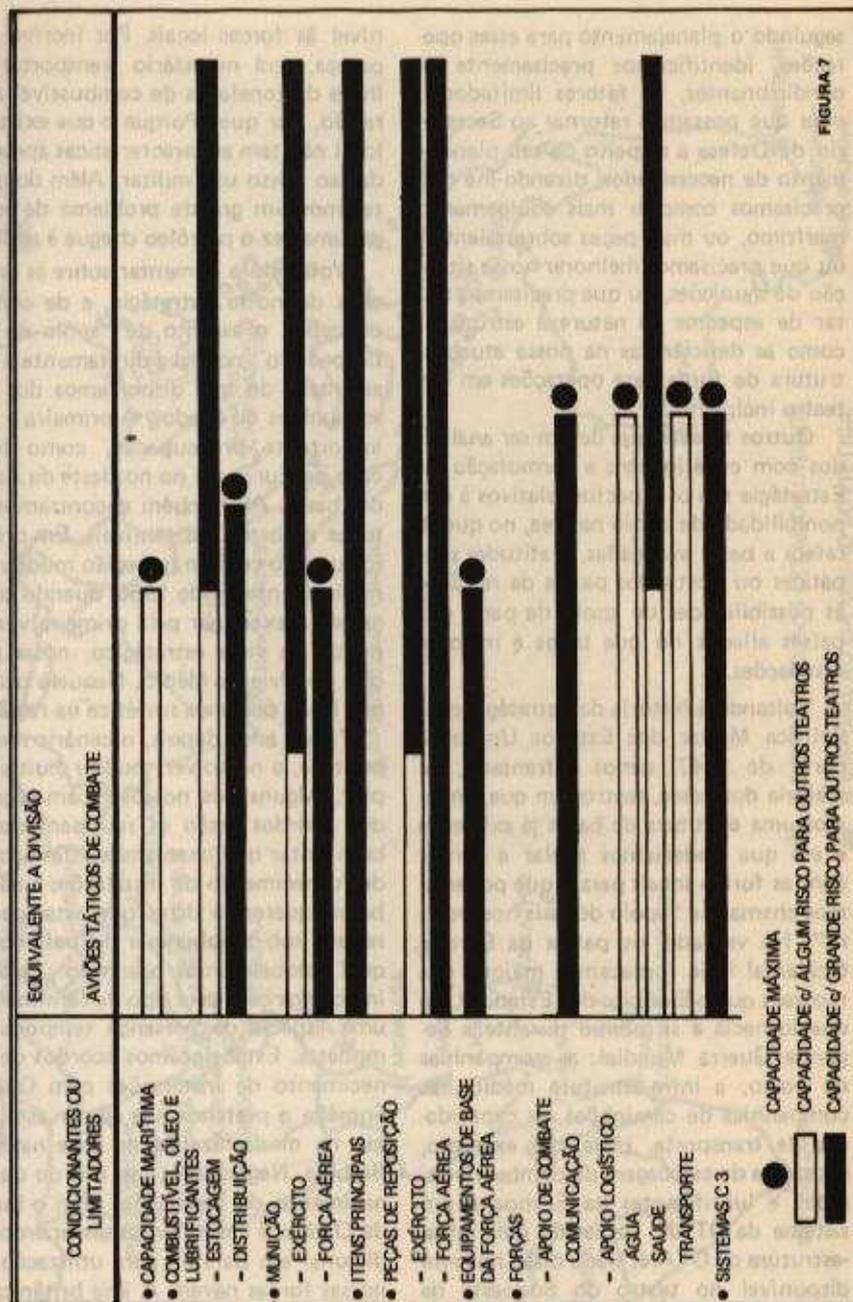


FIGURA 7

seguindo o planejamento para essas operações, identificamos precisamente os condicionantes, os fatores limitadores, para que possamos retornar ao Secretário de Defesa a respeito de seu planejamento de necessidades, dizendo-lhe que precisamos comprar mais equipamento marítimo, ou mais peças sobressalentes, ou que precisamos melhorar nossa situação de munições, ou que precisamos tratar de aspectos de natureza estrutural, como as deficiências na nossa atual estrutura de força para operações em um teatro incipiente.

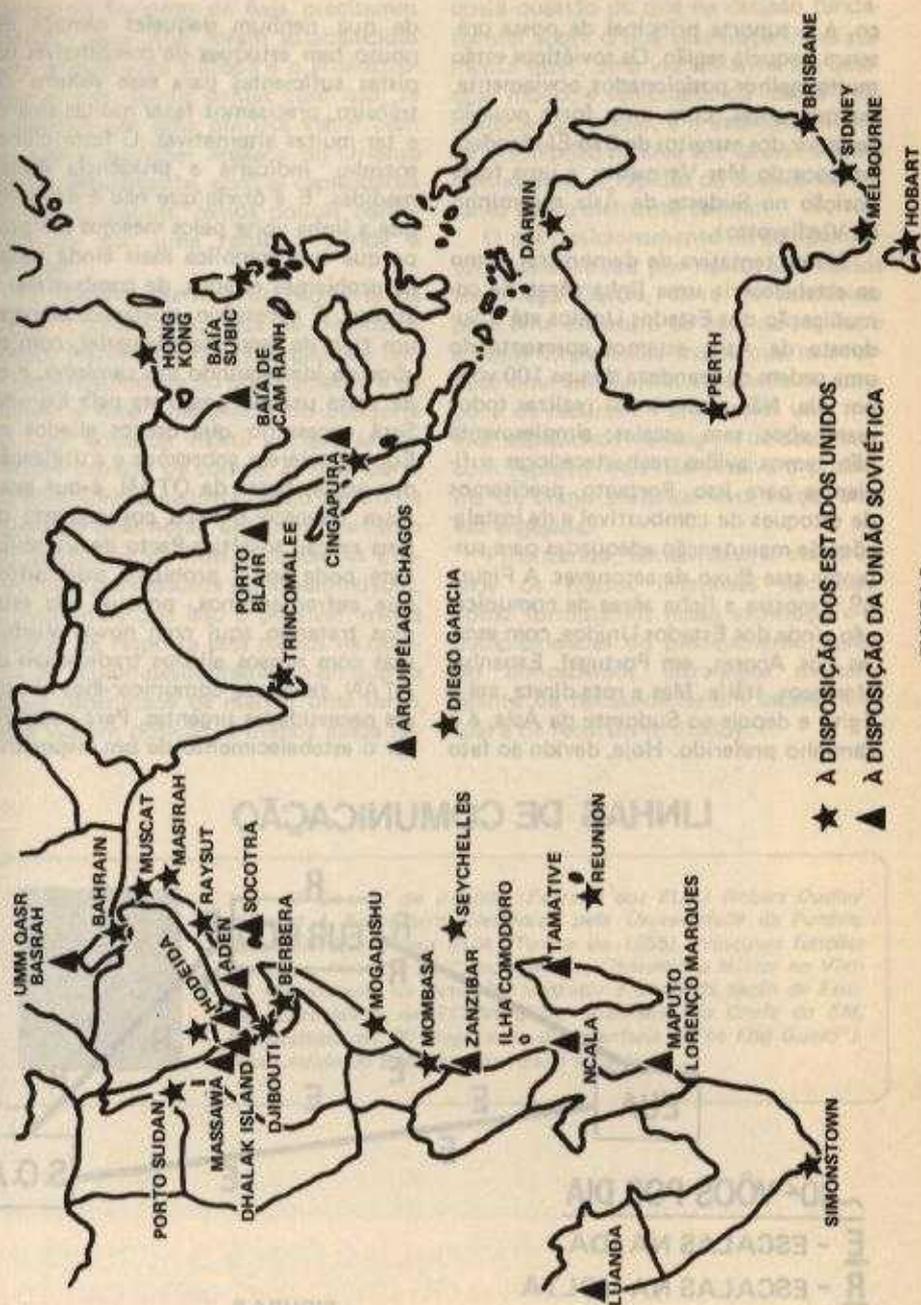
Outros fatores que devem ser analisados com critério para a formulação da Estratégia são os aspectos relativos à disponibilidade de apoio na área, no que se refere a bases avançadas, a atitudes simpáticas ou hostis dos países da região e às possibilidades de apoio da parte dos países aliados no que tange a meios e instalações.

Voltando à história da Estratégia e da Política Militar dos Estados Unidos a partir de 1947, temos enfrentado, na maioria dos casos, teatros em que tínhamos uma estrutura de bases já existente e em que poderíamos apelar e contar com as forças locais para o que poderíamos chamar de "apoio do país hospedeiro". Na verdade, os países da Europa Ocidental hoje fornecem a maioria dos recursos que o Exército dos Estados Unidos fornecia a si mesmo durante a Segunda Guerra Mundial: as companhias de porto, a infra-estrutura médica, as companhias de caminhões, as capacidades de transporte. Hoje, por exemplo, o sistema de estocagem de combustíveis, óleos e lubrificantes na Europa é um sistema da OTAN, fornecido pela infra-estrutura da OTAN. Nada disso nos será disponível no teatro do Sudoeste da Ásia, e relativamente pouco será dispo-

nível às forças locais. Por incrível que pareça, será necessário transportar milhões de toneladas de combustível até à região. Por que? Porque o que existe no local não tem as características apropriadas ao nosso uso militar. Além do mais, teremos um grande problema de entrega, uma vez o petróleo chegue à região.

Voltando a comentar sobre as limitações da nossa Estratégia, e de como a conceber, o assunto de "apoio do país hospedeiro" nos leva diretamente à consideração do que disporíamos dos nossos amigos ou aliados. A primeira e mais importante preocupação, como foi o caso na Europa e no nordeste da Ásia, é das bases. Ali também encontramos atitudes e obstáculos temíveis. Em primeiro lugar, o cenário na região mudou dramaticamente desde 1950, quando começamos a examinar pela primeira vez, do ponto de vista estratégico, nossa posição no Oriente Médio. Naquela ocasião não havia presença soviética na região.

Trinta anos depois, o cenário mudou muito e, a nosso ver, mudou muito para pior. Alguns dos nossos recém-negociados acordos estão aí representados. É bom notar que chamamos estes acordos de fornecimento de instalações e não de bases, querendo dizer que estas permanecem sob a soberania do país com o qual estabelecemos o acordo. Também indicamos com este tipo de terminologia uma espécie de presença temporária e modesta. Estabelecemos acordos de fornecimento de instalações com Quênia, Somália e pretendemos ajudar esta última na modernização da base naval de Berbera. Negociamos um acordo de fornecimento de instalações com o Sultão de Omã e, é claro, temos um acordo tradicional em Bahrain para utilização por nossas forças navais. A ilha britânica de Diego Garcia, no centro do Oceano Índi-



★ A DISPOSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

▲ A DISPOSIÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA

FIGURA 8

co, é o suporte principal da nossa presença naquela região. Os soviéticos estão muito melhor posicionados, obviamente, do que antes, com uma forte posição ao redor dos estreitos de Bab-El-Mandeb, na boca do Mar Vermelho, e uma forte posição no Sudeste da Ásia a caminho de Vladivostok.

Numa tentativa de demonstrar como se estabeleceria uma linha aérea de comunicação dos Estados Unidos até o Sudoeste da Ásia, estamos apresentando uma ordem de grandeza de uns 100 vôos por dia. Não poderíamos realizar todos esses vôos sem escalas; simplesmente não temos aviões reabastecedores suficientes para isso. Portanto, precisamos de estoques de combustível e de instalações de manutenção adequadas para sustentar esse fluxo de aeronaves. A Figura nº 9 mostra a linha aérea de comunicação vinda dos Estados Unidos, com escalas nos Açores, em Portugal, Espanha, Marrocos, Itália. Mas a rota direta, até o Egito e depois ao Sudoeste da Ásia, é o caminho preferido. Hoje, devido ao fato

de que nenhum daqueles campos de pouso tem estoques de combustível ou pistas suficientes para esse volume de trânsito, precisamos fazer muitas escalas e ter muitas alternativas. O fator clima, sozinho, indicaria a prudência dessas medidas. E é óbvio que não é desejável que a linha volte pelos mesmos campos, porque isso complica mais ainda todos os problemas citados, de combustível e espaço. É necessário, portanto, planejar um tipo de esquema triangular, com os vôos de ida seguindo um caminho, e os de volta usando uma rota pela Europa. Será necessário que nossos aliados na Europa tolerem sobrevôos e a utilização das nossas bases da OTAN, e que assumam conosco o risco conseqüente de uma reação soviética-Pacto de Varsóvia. Este pode ser o problema mais difícil que enfrentaríamos, porque não estamos tratando aqui com novos aliados, mas com nossos aliados tradicionais da OTAN, tentando comunicar-lhes as nossas necessidades urgentes. Para possibilitar o estabelecimento de um dispositivo

## LINHAS DE COMUNICAÇÃO

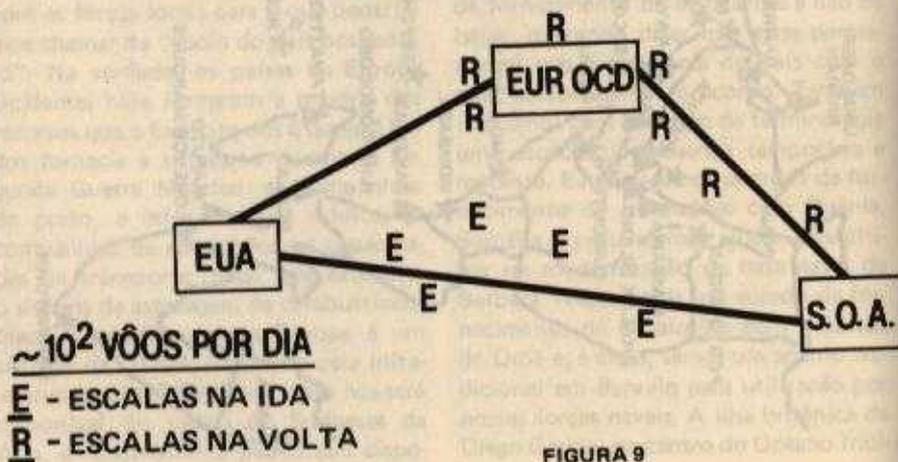


FIGURA 9

militar no Sudoeste da Ásia, precisamos utilizar bases que foram estabelecidas para a defesa da Europa e o Atlântico-Norte. Precisamos contar com isso, se quisermos ter uma política viável com relação a qualquer ameaça no Oriente Médio. Atualmente, com as capacidades de que dispomos, temos poucas condições de dar uma resposta rápida à ameaça.

O General Warner, Comandante da Força Tarefa Combinada de Desdobramento Rápido (RDJTF), órgão que tem a responsabilidade do planejamento e da reação a uma emergência no Sudoeste da Ásia, gosta de insistir em que, se não formos capazes de colocar a maior parte de uma divisão naquela região dentro de setenta e duas horas, então há boa razão de desconfiar de nossas condições profissionais para assumir responsabilidades. Acreditamos que isso é possível, mas a rapidez da resposta está menos na questão do rápido desdobramento do que na nossa capacidade de manter uma força, uma vez em posição, e menos ainda na-

queixa questão do que na decisão fundamental sobre o que essa força irá exatamente fazer, uma vez em terra. De qualquer modo, a velocidade da reação e da projeção do poder, e o estabelecimento de preempção na área são fatores importantíssimos. A rapidez da decisão no entanto será o elemento central.

O pré-posicionamento de equipamentos, demonstrado por nossos sete navios em Diego Garcia, serve de substituto para uma estrutura de base na região, e a nossa experiência indica que isso fornece uma substancial economia de tempo e de recursos. Fornece-nos uma melhor capacidade de reagir e de desdobrar com rapidez, mas não resolve o problema de como sustentar essa força, uma vez engajada.

Finalizando, tentei mostrar como vemos os nossos interesses nacionais, como formulamos nossa estratégia e as complexidades do planejamento, quando concebemos estratégias militares diante de necessidades em escala mundial e de recursos limitados.



*O General de Brigada (Exército dos EUA) Robert Dudley Wiegand é Engenheiro Eletrônico pela Universidade de Purdue, Academia Militar dos EUA (Turma de 1955). Principais funções exercidas: Instrutor de Ciência Militar, Conselheiro Militar no Vietnã, Comandante de Batalhão, Instrutor e Chefe da Seção de Estudos Estratégicos na ECEME/EUA, Assistente do Chefe do EM, Comandante do 3º Regimento de Infantaria ("The Old Guard"). Atual Adido do Exército Americano no Brasil.*